

A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MARIA BALBINA PEREIRA: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

CAVALCANTE, Lucas de Oliveira.

Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACiS

lucasocavalcante@hotmail.com

DINIZ, Wagner Berto dos Santos.

Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACiS

wagnerberto.diniz@gmail.com

CRUZ, Kátia Carina Mesquita da.

Mestre em Sociologia

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACiS

kcmcruz@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar como é o funcionamento e aplicação do Projeto Político Pedagógico e do Projeto de Intervenção Pedagógica, na Escola Maria Balbina Pereira. Utilizamos como método de pesquisa, entrevista com questionário estruturado, onde professores, funcionários da escola, alunos e membros da comunidade onde se localiza a Escola, responderam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz no inciso I do seu Art. 12 no Título IV, que trata da Organização da Educação Nacional, a disposição de que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica; e, no mesmo Art. 12, o inciso XII determina que também compreende responsabilidade do estabelecimento de ensino informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. Enxergar a proposta pedagógica da Escola Maria Balbina Pereira sob a ótica dessas disposições previstas em lei, intrigou os autores desse artigo. Foi observado e destacado nas visitas que foram feitas a referida instituição escolar que sua proposta pedagógica é muito pouco condizente com o que está disposto na LDB. Na Escola Maria Balbina Pereira, a ideia de Projeto Político Pedagógico e Projeto de Intervenção Pedagógica é distorcida e

misturada o que traz consigo uma larga faixa de problemas de ordem, pedagógica, gerencial e metodológica, uma vez que podemos observar que a escola a qual nos referimos, enfrenta várias dificuldades em outros setores, que não foram levados em consideração nesse artigo, mas que podemos fazer esse exercício em um momento mais oportuno.

Palavras-chave: Projeto, Ensino, Escola, Pedagógico.

Introdução

Entendemos que a educação é fruto de uma colaboração de toda a sociedade que, por conseguinte, traz uma multiplicidade de ideias que devem ser respeitadas e acolhidas na euforia da construção de uma escola cada vez mais equânime e democrática. Queremos mostrar que, entendendo a educação como fenômeno observado em qualquer sociedade, por englobar os processos de ensinar e aprender que carrega questões muito significativas no que diz respeito a criação de culturas e a manutenção delas, cada comunidade se desenvolve mediante os acontecimentos históricos e sociais em que está inserida.

Partindo desses pressupostos, analisamos a realidade pedagógica da Escola Maria Balbina Pereira. Procuramos identificar como se dá a construção do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), como também do Projeto Político Pedagógico (PPP). Podemos constatar que a efetivação dos projetos é um desafio para alunos e professores bem como para o diretor e todo o corpo escolar que, muitas vezes, é alheio ao conteúdo dos projetos ou de como fazer para manter uma interdisciplinaridade entre as disciplinas. Não havendo conversação entre os conteúdos já que a escola não respeita muitos dos postulados das Orientações Curriculares Nacionais (OCNs), nem das Propostas Curriculares Nacionais (PCNs), e muito menos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Não há ementa das disciplinas ministradas, nem cronograma de aulas e reuniões preestabelecido. Fazendo uso de uma expressiva frase típica da filosofia popular, na escola que compreende nosso campo de pesquisa “tudo acontece no tempo de Deus”.

Não podemos deixar de caminhar nesse campo tendo por sombra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação que são ferramentas criadas para a otimização do modelo educacional adotado Brasil a fora. Essas ferramentas quando negligenciadas quer seja pelo gestor quer seja por alunos, pais ou professores da instituição de ensino, tende-se a manutenção de problemas parasitas. Esses problemas assumem esse caráter de parasitas, pois são implementados pela má administração do espaço escolar. Isso gera um paradoxo invisível, pois são problemas fáceis de esconder ao

olhar destreinado. Essa situação paradoxal é facilmente escondida com a ajuda de uma gaveta com uma boa fechadura onde PPP e PIP são depositados logo depois de sua edição. Lá ficando esquecidos e inacessíveis ao público para o qual foram criados.

Para a elaboração desse material, enveredamos por uma abordagem qualitativa como também trabalhamos com o método quantitativo de pesquisa na medida em que este foi necessário para uma melhor compreensão da nossa situação problema. Elaboramos cinco questões objetivas e sucintas e construímos com elas um questionário para aplicar entre alunos, professores e alguns outros profissionais da escola tais como merendeiras e o porteiro. Esse questionário também foi aplicado a uma ínfima parcela que compreende apenas 3 (três) pessoas da comunidade de Santa Luzia do Cariri. Nossa amostragem, embora não compreenda uma dado tão austero pela singeleza de participação dos indivíduos, traz um demonstrativo interessante para se entender até onde a proposta pedagógica da escola Maria Balbina Pereira se aproxima ou se distancia da ideia que se tem de uma escola democrática. Essas evidências são interessantes para pensar quais os desafios pedagógicos da escola e a que eles estão arrimados.

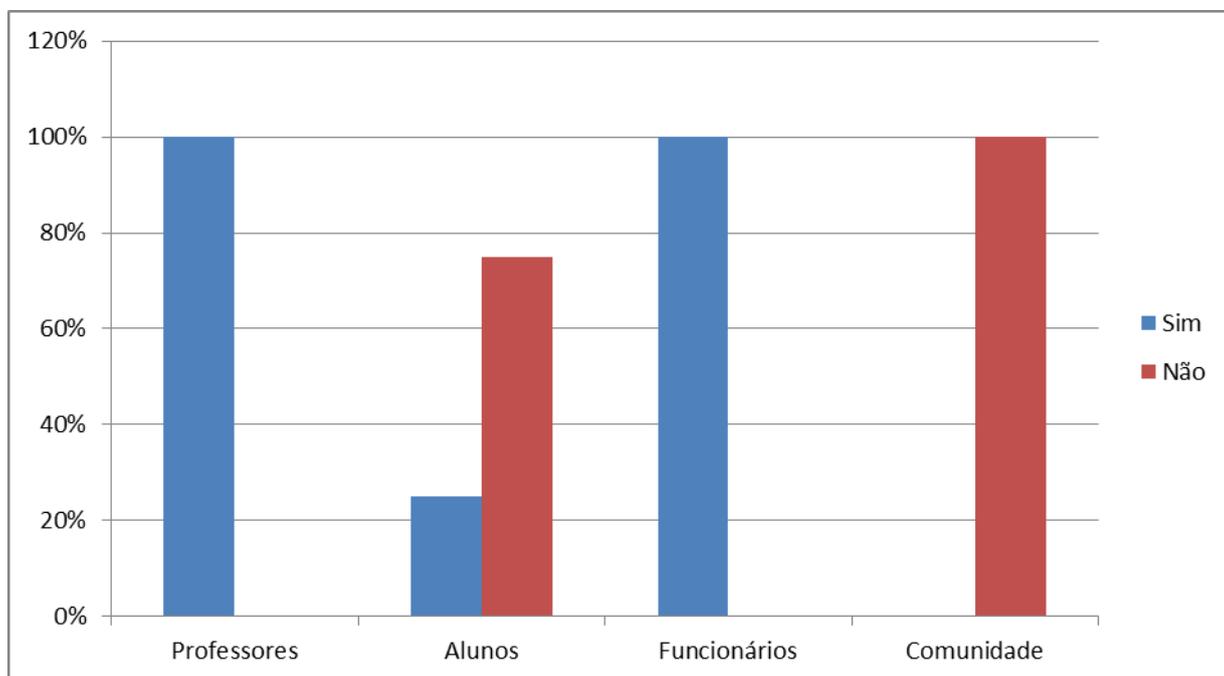
Desenvolvimento

Foram feitas um total de quatro visitas a escola. Nesse curto espaço de tempo procuramos entender como se construía dentro da escola as ações e intervenções pedagógicas. O que sempre nos brindou com surpresas das mais variadas. Foi em uma dessas quatro visitas que descobrimos que o Diretor da Escola Maria Balbina Pereira é pastor de uma igreja evangélica, sua formação compreende bacharelado em Teologia, licenciatura em Letras, especialização em Literatura de estudos linguísticos, também nos foi informado que o Diretor jamais teve qualquer experiência em sala de aula como professor, em outro momento percebemos que alguns membros do corpo docente da escola têm algum parentesco com ele, vale salientar que a indicação de pessoas para ocuparem o cargo de professor na escola é feita pelo diretor.

São muitas as particularidades e as minúcias, sem observar com a devida atenção cada uma delas é impossível entender a dinâmica social e política que se estabelece na escola. Participamos também de aulas onde observamos que, por exemplo, o professor de História da terceira série do ensino médio, tem uma dinâmica de aula baseada, em parte, em pré-noções religiosas e princípios morais. Postura que não se coaduna com a ideia proposta nos parâmetros curriculares nacionais. Estivemos também presente em

uma reunião com o corpo docente da escola. Nessa reunião estavam presentes alguns professores, merendeiras e o diretor da escola. Foi percebido que na reunião o diretor tem fala preponderante, com uma certa dose de prepotência. Isso não compõe a ideia de colegiado, já que antes dessa reunião o diretor quis demonstrar que as decisões da escola eram tomadas a partir de consenso. Como, por exemplo, o PIP que segundo o diretor é uma construção coletiva, mas o que acontece na verdade é que o Projeto de Intervenção Pedagógica é montado por uma única professora, os outros docentes quando muito participam da escolha do tema, mas não sabem exatamente o que fazer para operacionalizar o que está disposto no projeto. O PIP, teoricamente seria construído pela soma das necessidades dos alunos evidenciadas pelo seu rendimento observado pelos seus professores no decorrer do ano letivo. Quando perguntamos no questionário sobre as participações nas decisões da escola uma das quatro professoras entrevistadas disse que participa as vezes, as outras três afirmaram que tem participação nas decisões sim. É interessante notar que esse é o único ponto em que as respostas dos professores diferem. Em todas as outras questões os professores coincidem com as respostas, o que não acontece nas outras respostas dos alunos onde há uma grande variedade de posicionamento em relação as questões apresentadas.

Gráfico 1: Posição dos participantes ao questionarmos se estes já tinham ouvido falar sobre Projeto Político Pedagógico.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Podemos perceber que enquanto 100% dos professores e funcionários que responderam o questionário disseram que tem conhecimento sobre a existência do Projeto Politico Pedagógico, apenas 25% dos alunos disseram ter conhecimento sobre o PPP, por outro lado, 100% dos membros da comunidade que participaram da pesquisa disseram, como está ilustrado no gráfico acima, que nunca ouviram falar em Projeto Politico Pedagógico. Isso põe em cheque várias das disposições contidas no Projeto Politico Pedagógico da escola, que traz em sua justificativa a afirmação de que o grupo gestor juntamente com os professores, pais, alunos e comunidade, elaboraram o PPP da escola. Como isso seria possível se 100% dos membros da comunidade que responderam o questionário e, 75% dos alunos dizem taxativamente que nunca ouviram falar no projeto? Esse é um dos pontos mais contraditórios da pesquisa.

É importante destacar que o PPP que tivemos acesso data do ano de 2013, quando perguntamos sobre os outros projetos criou-se uma confusão de informações dando pinceladas de que o projeto de 2017 estaria sendo concluído. Mas em nenhum momento os resultados desse andamento nos foram apresentados.

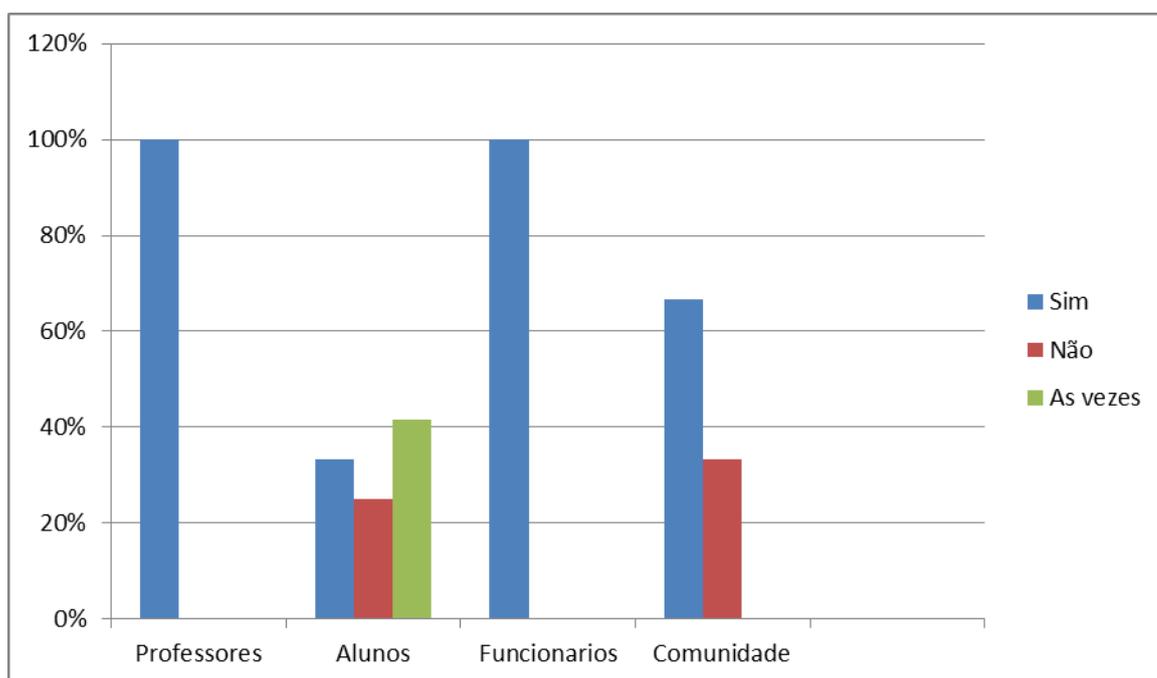
Isso evidencia que tanto a população como os estudantes não estão a par da necessidade de se inteirar do significado do Projeto Politico Pedagógico e o que este representa para o bom andamento da escola. Veiga afirma que:

A dinâmica da discursão coletiva do projeto politico-pedagógico visa estabelecer elementos básicos a serem examinados por todos: professores, alunos, pais, técnico-administrativos, a fim de dar conta das forças que podem interagir na sua construção, execução e avaliação. A concretização do projeto politico-pedagógico, no âmbito da concepção de gestão democrática, (...) não significa unir todas as pessoas envolvidas de maneira permanente para tomar cada uma das decisões que requer a caminhada. É necessário buscar formas representativas e às vezes operativas, que permitam oportunamente a tomada de decisões. (ALFIZ, s/d, p.68, apud Veiga, 2010 p.6).

Outro dado interessante é que embora 33% dos alunos e 67% dos membros da comunidade afirmem participar das reuniões promovidas dentro

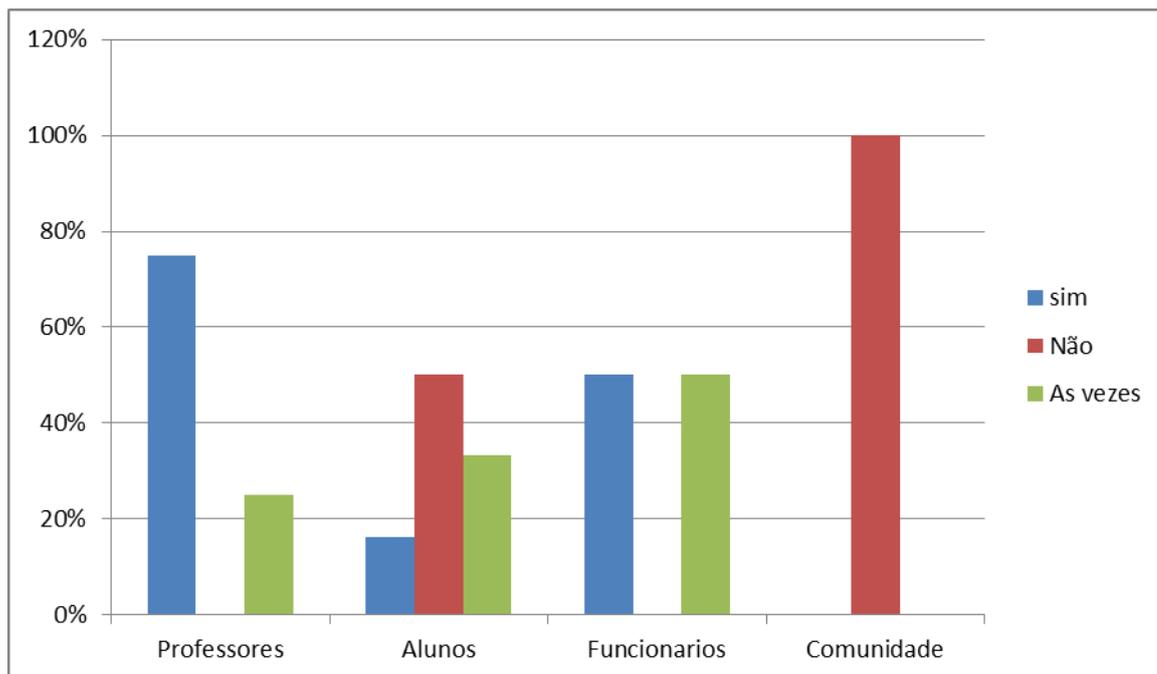
da escola, como ilustrado no gráfico da figura 2, percebemos que essa participação é figurativa quando analisamos a participação desses mesmos indivíduos (gráfico 3), nas decisões da escola.

Gráfico 2: Posição dos participantes ao questionarmos se estes participam das reuniões promovidas dentro da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

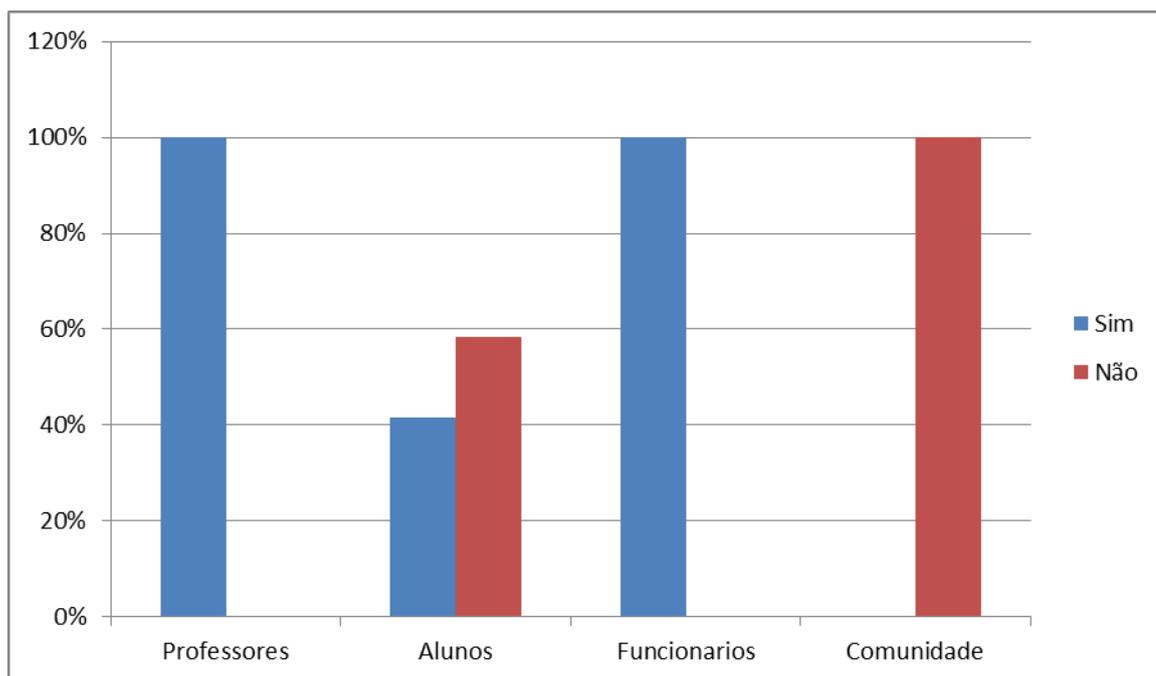
Gráfico 3: Posição dos participantes ao questionarmos se estes participam das decisões da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

É impressionante que 100% das pessoas que compõe o grupo dos membros da comunidade que responderam o questionário afirmam que não participam das decisões da escola. Esse dado nos permite refletir que se há debate sobre as questões ordinárias da escola que envolvam comunidade, alunos, funcionários e professores, ele serve apenas para manter o simulacro de uma ação coletiva. Na verdade o que se efetiva na prática do cotidiano da Escola Maria Balbina Pereira é uma relação desigual onde a participação de alguns indivíduos que dão forma ao corpo da escola não são consideradas na hora de tomar as decisões e o mais interessante é que esses indivíduos que ficam em uma situação manietada estão conscientes disso.

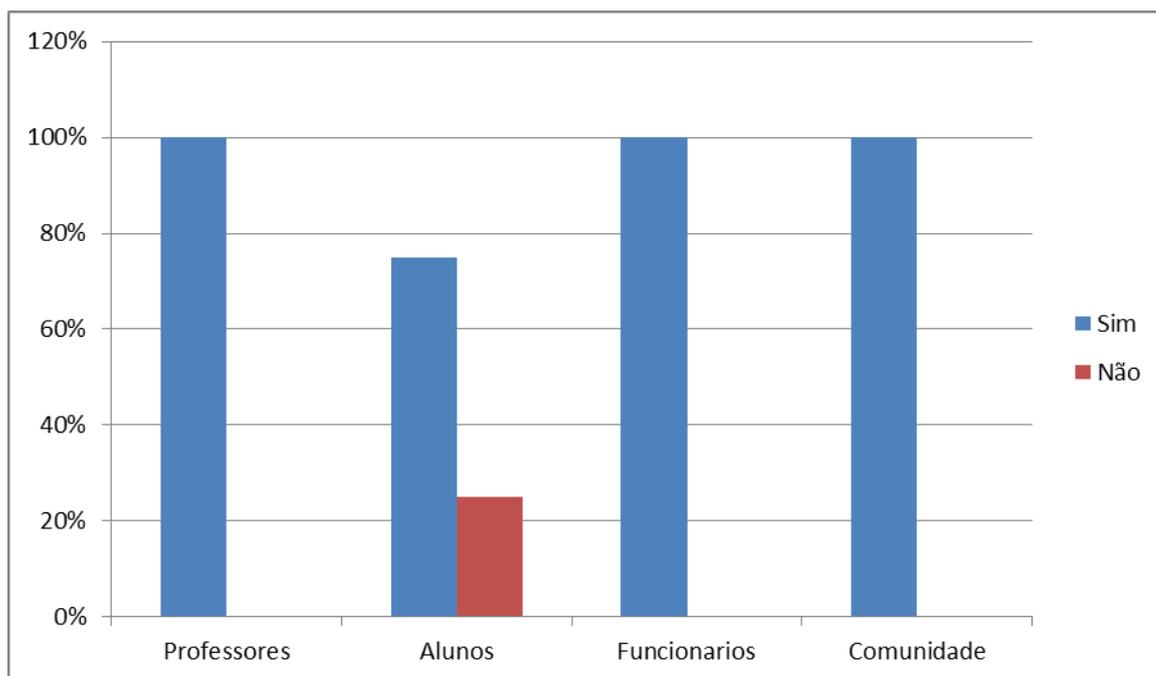
Gráfico 4: Posição dos participantes quando questionados sobre, se a gestão da escola é democrática.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Enquanto para professores e funcionários a escola é indiscutivelmente democrática, para 100% dos indivíduos da comunidade que participaram da pesquisa responderam que a escola não é democrática. Em contra partida, esses mesmos indivíduos afirmam que nas reuniões que a escola promove há grande participação de todo o corpo que da forma a escola. Entender esses dissensos em relação as respostas é difícil, pois trata-se antes de mais nada da necessidade de se entender a realidade político e social em que a escola se insere. Isso não foi possível, devido a nossa limitação de tempo no espaço da escola Maria Balbina Pereira.

Gráfico 5: Posição dos participantes quando questionados se as reuniões que a escola promove reúne o corpo escolar, professores, alunos, pais e funcionários em geral.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conclusões

Durante o tempo em que estivemos pesquisando a realidade pedagógica da escola, percebemos algo curioso. A estrutura física da escola Maria Balbina Pereira é muito deficiente. Quem frequenta as dependências da escola diariamente sente essa deficiência com mais impacto. Mas, os problemas de estrutura física da escola são notados por todos que passam na frente do prédio. Este último fica localizado ao lado da igreja católica do distrito, já que nessa região o catolicismo é predominante, podemos supor que cada vez que vão a missa as pessoas passam na frente da escola. Como a escola está em uma relação muito próxima com a realidade e com a rotina dos membros daquele lugar, seus problemas tendem a se naturalizar. Discursos como “é melhor do que nada” e “poderia ser pior” são frequentes mesmo entre os alunos. 140 alunos, que se espremiam em um ambiente totalmente desestruturado.

O que queremos demonstrar é que os problemas do prédio em que a escola funciona camuflam os problemas de ordem de gestão, e pedagógica da escola. Como já dissemos e ficou claro com a amostragem nos gráficos, que basicamente quem concorda com as perguntas são sempre funcionários e professores da escola. Nas respostas dos membros da

comunidade e dos alunos é onde estão mudanças no quadro de respostas.

Queremos expor que tanto o PIP quanto o PPP, são ferramentas que devem ser usadas na rotina diária da escola. Não é algo para ser idealizado de forma folclorizada, nem depois de prontos engavetados. Talvez o cerne dos problemas da escola Maria Balbina Pereira esteja nos vieses mostrados nesse trabalho que busca, em sua essência, é apenas uma introdução à questão pedagógica da escola.

A ação democrática só se concretiza se permitimos que haja multiplicidade de ideias pensantes. A escola, para que seja plural, dinâmica e democrática, precisa reluzir o brilho da realidade daqueles que a protagonizam. E isso se efetiva nas ferramentas institucionais criadas exclusivamente para esse fim. Porém, apenas com a participação dos sujeitos interessados é que se pode construir uma ação coletiva condizente com o que se espera de algo que atenda aos anseios comuns.

REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Balbina Pereira, do ano de 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação.**

Ciências Humanas e suas tecnologias. / Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília: MEC; SEMTEC. 2002. **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares ao Parâmetros Curriculares nacionais.**

Ciências Humanas e suas tecnologias. / Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.**

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 26 Abr. 2017.